

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 14 de abril de 2026 • Nº 2277 • R\$ 1,00

www.diariooacionista.com.br

Especial

Mulheres já são maioria na liderança de RH

PÁGINA 7

NOVA PRESIDENTA

Lula põe mulher no comando do INSS

O Ministério da Previdência Social anunciou, ontem, a troca no comando do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A servidora Ana Cristina Viana Silveira assume a instituição no lugar de Gilberto Waller, que presidiu o INSS nos últimos 11 meses. "Servidora de carreira, ela assume a presidência do órgão com a missão estratégica de acelerar a análise de benefícios e simplificar os processos internos do Instituto", informa o ministério em nota.

Graduada em direito, Ana Cristina ingressou no INSS em 2003 como Analista do Seguro Social. Atualmente, ocupava o cargo de secretária executiva adjunta do Ministério da Previdência Social. A trajetória inclui, ainda, a presidência do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), de abril de 2023 até fevereiro de 2026. Segundo a pasta, durante a gestão de Ana Cristina, o setor dobrou a capacidade de análise de recursos. **PÁGINA 7**

ÁGUAS PROFUNDAS

Petrobras faz descoberta no pré-sal de Campos

A Petrobras localizou a presença de hidrocarbonetos no pré-sal da Bacia de Campos. A identificação foi no bloco C-M-477 do poço exploratório perfurado no Setor SC-AP4 da região. De acordo com a nota da companhia, em profundidade d'água de 2.984 metros, o poço 1-BRSA-1404DC-RJS está localizado a 201 km da costa do estado do Rio de Janeiro. "O intervalo portador de hidrocarbonetos foi constatado através de perfis elétricos, indícios de gás e amostragem de fluido", afirmou. De acordo com a empresa, as amostras seguirão posteriormente para análises laboratoriais. É por essas avaliações que será possível caracterizar as condições dos reservatórios e fluidos encontrados. **PÁGINA 3**

DOSIMETRIA

Queda de veto de PL soltará presos perigosos

Caso o Congresso Nacional derrube o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto conhecido como "PL da Dosimetria", presos condenados por crimes hediondos, como tráfico de drogas, estupro e feminicídio, poderão ficar menos tempo na cadeia. Um parecer da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados indica que a medida reduziria o tempo mínimo exigido para a progressão do regime fechado. A votação do veto está marcada para o dia 30 deste mês. O estudo foi elaborado pelo consultor Lucas de Oliveira Jaques e compara as regras de progressão de pena após a aprovação da "Lei Antifacção", com o cenário em caso de derrubada do veto ao PL da Dosimetria. **PÁGINA 6**

SERVIDORES

Lula reduz jornada de trabalho de 'funcionários' terceirizados



PAULO PINTO/ABRASIL

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto), assinou um decreto ontem, reduzindo a jornada de trabalho de mais 40 mil servidores terceirizados da gestão pública. Esses trabalhadores passarão a ter jornadas semanais de 40 horas em vez das atuais 44 horas, em modelo semelhante ao que o governo federal quer implementar com o fim da jornada de trabalho 6x1. Esse regime de 40 horas semanais será aplicado a todos os terceirizados, exceto os que atuam em regime de escala (12h x 36h ou 24h x 72h, por exemplo). Cerca de 19 mil trabalhadores terceirizados já haviam sido beneficiados com essa redução de jornada em 2024 e em 2025, segundo a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência. A medida assinada por Lula trata da redução das horas semanais, mas não da quantidade de dias de descanso. Essa redução, porém, está no centro do debate das propostas de redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1 e o estabelecimento de uma jornada 5x2. Em discurso, o presidente disse que o trabalho feito pelos terceirizados é tão "dignificante e importante" quanto o dele no comando do Executivo do País. Lula disse que o governo está dando benefícios para o setor, mas que isso ocorre em "passos lentos". "Eu sempre acho que, muitas vezes, a gente não quer enxergar as pessoas que estão fazendo o trabalho que a gente acha que só podem fazer pessoas que não têm a mesma qualificação profissional. **PÁGINA 2**

FORAGIDO



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Golpista Alexandre Ramagem é capturado pelo ICE nos EUA

O ex-deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem (foto) foi detido nos Estados Unidos ontem pelo Serviço de Imigração e Controle de Aduanas dos EUA (ICE), de acordo com informações recebidas pela Polícia Federal brasileira. Delegado da Polícia Federal e político brasileiro, o parlamentar fugiu do Brasil apesar de estar condenado a 16 anos e 1 mês de reclusão por participação na trama golpista e proibido de sair do País. No final de janeiro, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública informou ao STF que o pedido de extradição do ex-deputado federal tinha sido entregue ao governo dos Estados Unidos em 30 de dezembro de 2025. O político teve o mandato cassado em 18 de dezembro do ano passado. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 1,12% / 2.194,62 / 197.323,87 / Volume: 42.025.583.500 / Negócios: 4.146.632						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	0,62% (mar.)	EURO turismo					
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Taxa Selic		UFIR-RJ	0,88% (mar.)	CDI	Compra: 5,9361	Venda: 6,1161		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	UFIR-RJ	UFIR-RJ	UFIR-RJ	UFIR-RJ	UFIR-RJ	UFIR-RJ	UFIR-RJ	UFIR-RJ	
ITSA4	14,81	+0,47	+0,07	HOOT4	8,10	+19,12	+1,30	MRSA3B	43,50	-13,00	-6,50	S&P 500	6.816,89	-0,11	NASDAQ Composite	22.902,893	+0,35
PETRA4	49,03	+2,36	+1,13	PMAM3	0,59	+13,46	+0,07	INEP3	1,95	-11,36	-0,25	Nasdaq 100	25.116,337	+0,14	Euronext 100	1.832,1	+0,35
B3SA3	19,51	+1,83	+0,35	HAPV3	13,25	+13,05	+1,53	AZZA3	20,80	-10,88	-2,54	Euronext 100	1.832,1	+0,35	CAC 40	8.259,6	+0,17
RAIZ4	0,580	+7,41	+0,040	TCSA3	1,48	+11,28	+0,15	GPSA3	1,48	-9,76	-0,16						
BBD4	20,44	+0,74	+0,15	RSID3	1,77	+10,62	+0,17	OSXB3	1,45	-9,38	-0,15						

MERCADOS

Com melhora de humor, Bolsa vai pela 1ª vez a 198 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL
E MARIA REGINA SILVA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que operava em baixa desde a abertura, acompanhou a recuperação em Nova York e passou a subir, mesmo que levemente, ainda no começo da tarde, alcançando a inédita marca dos 198 mil pontos no melhor momento. No fechamento de ontem, mostrava ganho de 0,34%, aos 198.000,71 pontos, não muito distante da máxima do dia, de 198.173,39 pontos, ambas correspondendo a novos recordes. Foi a quarta quebra consecutiva deles, em série iniciada no dia 8, quando o índice da B3 rompeu marcas em vigência desde o fim de fevereiro. E também a 17ª vez em que o Ibovespa renovou recorde, em 2026.

No mês, o Ibovespa (Índice Bovespa) avança 5,62%, colocando o ganho do ano a 22,89%. O giro financeiro de ontem ficou em R\$ 33,8 bilhões. A alta desta segunda foi a 10ª consecutiva para o índice da B3, em intervalo iniciado ainda em 30 de março, na penúltima sessão do mês passado.

O ganho de dinamismo em Nova York trouxe a reboque o Ibovespa, colocando o índice a 2 mil pontos do nível psicológico de 200 mil que boa parte do mercado esperava, no princípio do ano, apenas para o fim de 2026. Em Nova York, no fechamento, Dow Jones +0,63%, S&P 500 +1,02%, Nasdaq +1,23%.

Em Nova York, mudança de direção nos rendimentos dos Treasuries e avanço mais comportado para os contratos futuros do petróleo, em Londres e Nova York. Na Nymex, o contrato para maio do WTI, referência dos EUA, fechou em alta de 2,6% (US\$ 2,51), a US\$ 99,08 por barril, enquanto em Londres, na ICE, o barril

da referência global, Brent, subiu 4,36% (US\$ 4,16), a US\$ 99,36, para junho.

Na B3, as ações do setor financeiro foram beneficiadas pela melhora do humor na etapa vespertina, firmando em parte sinal positivo, à exceção de Itaú (PN -0,52%) e, ao fim, também Santander (Unit -0,28%). Destaque para Bradesco (ON +1,08%, PN +0,73%) no fechamento. Desde mais cedo, as perdas do Ibovespa eram mitigadas pelo desempenho das gigantes das commodities: no encerramento, Vale ON +2,07% (na máxima do dia no fechamento, a R\$ 87,36); Petrobras ON +1,78%, PN +1,53%. Na ponta ganhadora, Braskem (+7,35%), MBRF (+5,9%) e Vamos (+3,78%). No lado oposto, Copasa (-3,64%), PetroReconcavo (-3,15%) e TIM (-2,79%).

DÓLAR

Após subir pela manhã diante do impasse nas negociações de paz no Oriente Médio no fim de semana, o dólar se firmou em baixa ao longo da tarde de ontem, e furou o piso psicológico de R\$ 5,00, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana no exterior, na esteira declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a possibilidade de um acordo com o Irã.

Com mínima de R\$ 4,9835, o dólar à vista encerrou em baixa de 0,29%, a R\$ 4,997 - menor valor de fechamento desde 27 de março de 2024 (R\$ 4,9793). A moeda norte-americana acumula desvalorização de 3,51% em abril e de 8,96% no ano. O real, que apresentou o melhor desempenho entre as divisas mais líquidas na semana passada, exibiu nesta segunda ganhos inferiores ao de pares latino-americanos, como o peso chileno e o colombiano.

40 MIL FUNCINÁRIOS

Lula reduz jornada de trabalho de servidores terceirizados

GABRIEL HIRABAHASI
E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou um decreto ontem, reduzindo a jornada de trabalho de mais 40 mil servidores terceirizados da gestão pública. Esses trabalhadores passarão a ter jornadas semanais de 40 horas em vez das atuais 44 horas, em modelo semelhante ao que o governo federal quer implementar com o fim da jornada de trabalho 6x1.

Esse regime de 40 horas semanais será aplicado a todos os terceirizados, exceto os que

atuam em regime de escala (12h x 36h ou 24h x 72h, por exemplo). Cerca de 19 mil trabalhadores terceirizados já haviam sido beneficiados com essa redução de jornada em 2024 e em 2025, segundo a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência.

A medida assinada por Lula trata da redução das horas semanais, mas não da quantidade de dias de descanso. Essa redução, porém, está no centro do debate das propostas de redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1 e o estabelecimento de uma jornada 5x2.

Em discurso, o presidente

disse que o trabalho feito pelos terceirizados é tão "dignificante e importante" quanto o dele no comando do Executivo do País. Lula disse que o governo está dando benefícios para o setor, mas que isso ocorre em "passos lentos".

"Eu sempre acho que, muitas vezes, a gente não quer enxergar as pessoas que estão fazendo o trabalho que a gente acha que só podem fazer pessoas que não têm a mesma qualificação profissional. O que estamos fazendo aqui é dando passos, ainda mais lentos do que eu imaginava", afirmou Lula.

O ministro da Secretaria-Ge-

ral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou que, com a medida, Lula está mostrando um "exemplo de casa" em meio ao debate pelo fim da escala 6x1. Ele também reafirmou que o governo briga por uma redução de 44 para 40 horas semanais para todos os brasileiros sem redução de salário.

"O que o presidente Lula está mostrando hoje é que o exemplo começa em casa. A gente defende que todos os trabalhadores brasileiros trabalhem 40 horas semanais no máximo, que tenham, pelo menos, dois dias de descanso na semana", afirmou Boulos.

CRÉDITO

Financiamento de veículos cresce 12,8% no primeiro trimestre

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

As vendas financiadas de veículos cresceram 12,8% no primeiro trimestre de 2026 na comparação com o mesmo período do ano passado. Ao todo foram concedidos créditos na compra de 1,89 milhão de unidades. A soma inclui automóveis leves, motos e veículos pesados, considerando novos e usados. Segundo o balanço feito pela Trillia, da B3, o número marca o melhor desempenho para um primeiro trimestre desde 2008, quando foram financiadas 2,037 milhões de unidades.

De acordo com os dados, no acumulado de janeiro a março deste ano, a liderança dos financiamentos de veículos segue com os modelos usados, que contabilizaram 1,21 milhão de unidades, enquanto os veículos novos somaram 675 mil unidades. Na comparação com o primeiro trimestre de 2025, houve crescimento tanto nos usados, com avanço de 12,2%, quanto nos novos, com alta de 14,1%.

O levantamento mostrou que a maioria das operações são para as vendas de autos leves, que representam 1,31 milhão de unidades financiadas, com alta de 12,4% na comparação entre os trimestres.

As motos somaram 510,6 mil unidades, um avanço de 18,1% em relação ao primeiro trimestre de 2025. Os veículos pesados alcançaram 69,3 mil financiamentos, com aumento de 3,9% no mesmo período.

"O avanço foi observado em todas as regiões do país no comparativo entre o primeiro trimestre de 2026 e o mesmo intervalo de 2025. O Nordeste liderou o crescimento percentual, com alta de 16,6%, seguido por 15,3% no Centro-Oeste (15,3%), Sul (11,8%), Sudeste (11,7%) e Norte (9,4%) no Norte", destaca a Trillia.

O Crédito Direto ao Consumidor (CDC), tradicionalmente oferecido por bancos e financeiras somou 1,619 milhão de unidades financiadas de janeiro a março, alta de 14,3% em relação ao mesmo período de 2025.

O consórcio alcançou 261,9 mil unidades, com crescimento de 5,5%, enquanto as modalidades de leasing e outros tipos de financiamento registraram volumes de 12,3 mil e 10,3 mil unidades.

Segundo o superintendente de Produtos da Trillia, Daniel Takatohi, o primeiro trimestre mostrou uma expansão consistente do crédito para a compra de veículos, com crescimento espalhado por todas as regiões do país.

"Esse movimento reforça a trajetória observada ao longo do último ano e aponta um cenário mais favorável para o mercado automobilístico", afirma.

Quando analisado o mês, março de 2026 registrou alta de 27,6% em relação a março de 2025, com o total de 703 mil unidades financiadas no mês. Na comparação com fevereiro de 2026, o crescimento foi de 22,2%. Segundo a Trillia, esse foi

o melhor resultado desde agosto de 2011, quando foram financiadas 729.687 unidades.

"O resultado de março foi impulsionado tanto pelos veículos novos quanto pelos usados. Entre os novos, os financiamentos passaram de 206 mil unidades em março de 2025 para 267 mil em março de 2026, avanço de 29,7%. No segmento de usados, o volume subiu de 345 mil para 436 mil unidades no mesmo período, alta de 26,4%. Na comparação com fevereiro de 2026, o crescimento foi de 30,3% para os novos modelos e de 17,7% para os usados", revela o balanço.

Entre os autos leves, março registrou 480,6 mil financiamentos, alta de 27,7% em relação a março de 2025, com 376,3 mil unidades, e aumento de 21,0% na comparação com fevereiro de 2026. As motos somaram 192,3 mil unidades, crescimento de 27,9% frente ao mesmo mês do ano anterior e de 23,7% em relação a fevereiro, enquanto os veículos pesados atingiram 28,7 mil financiamentos, alta de 24,5% na comparação anual e de 37,4% frente ao mês imediatamente anterior.

ALTA NOS PREÇOS

O acompanhamento mensal da Tabela Auto B3 mostra que, em março, o mercado de veículos registrou um movimento de alta nos preços de transação, após os ajustes observados nos meses anteriores. O comportamento foi distinto entre veículos novos e usados, com maior in-

tensidade de aumento no mercado de 0 km e estabilidade predominante no mercado secundário.

VEÍCULOS NOVOS

Em março, os veículos zero km apresentaram alta média de 0,86% nos preços de transação. O avanço foi observado na maioria dos segmentos, com destaque para picapes médias, SUVs, hatchbacks e sedans, além de crossovers e picapes derivadas de automóveis.

As picapes compactas se destacaram como exceção, registrando queda mais acentuada no período. O movimento indica recomposição de preços, em um ambiente de menor intensidade promocional e demanda mais equilibrada em alguns segmentos.

VEÍCULOS USADOS

No mercado de usados, março foi marcado por maior estabilidade nos preços, com leve alta média de aproximadamente 0,18%.

O comportamento foi bastante moderado entre os segmentos, com pequenas variações positivas e negativas.

O principal destaque foi o desempenho das picapes médias, que registraram valorização mais expressiva, enquanto os demais segmentos, como hatchbacks, SUVs, sedans e veículos derivados de automóveis, apresentaram oscilações próximas da estabilidade, entre leves altas e quedas marginais.

ENDIVIDAMENTO

Nova versão do Desenrola será lançada após viagem de Lula

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A nova versão do programa de renegociação de dívidas, nos moldes do Desenrola, deve ser anunciada após a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Europa, disse ontem o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Segundo o ministro, o desenho final da proposta ainda está sendo concluído pela equipe econômica e será apresentado ao presidente nos próximos dias. O anúncio oficial ficará a cargo de Lula, após o retorno ao Brasil.

"Ainda estamos terminando de desenhar o programa e vamos apresentar ao presidente. Esperamos um impacto grande para que a população se desendivide ou diminua o endividamento", afirmou Durigan em São Paulo, após cerimônia de assinatura de crédito para as obras do Túnel Santos-Guarujá.

O objetivo do novo pro-

grama é reduzir os níveis de inadimplência no país, em um cenário de juros ainda elevados, mas com expectativa de queda nos próximos meses.

MEDIDAS EM ESTUDO

Entre as principais ações em discussão está a possibilidade de liberação de valores retidos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de dívidas. O montante pode chegar a cerca de R\$ 7 bilhões, segundo informações preliminares.

O governo também avalia mecanismos para conter o uso excessivo de apostas, incluindo bets esportivas e plataformas eletrônicas, como forma de reduzir o endividamento das famílias.

Durigan não detalhou todas as medidas, mas indicou que o programa deve contemplar tanto pessoas físicas quanto empresas.

JBIC

BNDES capta R\$ 943,5 mi com banco japonês para biocombustíveis e energia

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ontem, ter captado até US\$ 185 milhões, o equivalente a R\$ 943,5 milhões com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), o Banco Japonês para Cooperação Internacional) para fomento a

projetos ambientalmente sustentáveis no Brasil. O contrato, o sétimo a ser assinado no âmbito da Linha Green (Global Action for Reconciling Economic Growth and Environmental Preservation), prevê o apoio a projetos de biocombustíveis e de transmissão de energia elétrica.

As instituições também firmaram Memorandos de Entendi-

mento (MoU, da sigla em inglês) para implementar atividades de cooperação financeira, com objetivo de fomentar projetos de infraestrutura de interesse mútuo.

"Com a adição desta linha de crédito à extensa lista de operações financeiras realizadas entre BNDES e JBIC, damos mais um passo para o fortalecimento da parceria entre as instituições, no

sentido de apoiar projetos renováveis e sustentáveis e com o compromisso de avançar no desenvolvimento sustentável do Brasil. Desde a década de 60, foram assinados 19 contratos de empréstimo no valor de, aproximadamente, R\$ 18 bilhões (US\$ 3,4 bilhões)", afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em nota distribuída à imprensa.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

ÁGUAS PROFUNDAS

Petrobras faz nova descoberta no pré-sal da Bacia de Campos

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A Petrobras localizou a presença de hidrocarbonetos no pré-sal da Bacia de Campos. A identificação foi no bloco C-M-477 do poço exploratório perfurado no Setor SC-AP4 da região. De acordo com a nota da companhia, em profundidade d'água de 2.984 metros, o poço 1-BRSA-1404DC-RJS está localizado a

201 km da costa do estado do Rio de Janeiro.

“O intervalo portador de hidrocarbonetos foi constatado através de perfis elétricos, indícios de gás e amostragem de fluido”, afirmou.

De acordo com a empresa, as amostras seguirão posteriormente para análises laboratoriais. É por essas avaliações que será possível caracterizar as condições dos reservatórios e fluidos encontrados, para defi-

nir a continuidade do estudo do potencial da área.

“A perfuração do poço foi concluída de maneira segura, em respeito ao meio ambiente e às pessoas”, completou.

Segundo a petroleira, a sua atuação no bloco C-M-477, na Bacia de Campos, “está alinhada à estratégia de recomposição das reservas de petróleo e gás por meio da atuação em áreas de fronteira exploratória,

em parceria com outras empresas, assegurando o atendimento à demanda nacional de energia durante a transição energética”.

Com 70% de participação, a Petrobras opera o bloco C-M-477, em parceria com a empresa BP, que participa com o restante. “O bloco é oriundo da 16ª Rodada de Licitações da ANP, em regime de concessão”, concluiu a nota.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta

Resumo da Ata de Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A.: Foi realizada Reunião do Conselho de Administração MRS Logística S.A. (“Companhia”) no dia 17.03.2026 às 18h00min, no escritório da Companhia, localizado em São Paulo com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos (1) Eleição e destituição de membros do Comitê Financeiro e Comitê Estratégico da Companhia; (2) Manifestação sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (3) Manifestação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e distribuição de dividendos; e (4) Extra pauta: Destituição e eleição de Membro do Comitê de Auditoria. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração e pela Secretária. Assinatura: Luis Fernando Barbosa Martinez, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Carlos Hector Rezzonico, Fernando Lopes de Alcântara, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Leite Barros, Miguel Angel Homes Camejo, Patricia Silva Rodrigues Scheel, Pedro Barros Mercante Oliva e Raphael Marins Martins. **Avviso: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodoacionista.com.br) e divulgada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://ri.mrs.com.br/). Protocolo: 2026/00437132-9. Data do protocolo: 07/04/2026. Certifico o arquivamento em 09/04/2026 sob o número 00007703575**

EÓLICA MANGUE SECO 4 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ nº 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.300.34051-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 24 de março de 2026, às 15:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. **3. PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, edição digital de 21, 22 e 23 de março de 2026 e impressa de 21, 22 e 23 de março de 2026, páginas 15 e 16. (ii) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **5.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovação da reversão de R\$ 8.168.823,19 (oito milhões cento e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e três reais e dezenove centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2026. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista, sem quaisquer restrições, deliberou: **6.1.** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de R\$ 12.282.971,77 (doze milhões duzentos e oitenta e dois mil novecentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos), aprovar a destinação de (a) R\$ 614.148,59 (seiscentos e quatorze mil cento e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R\$ 2.917.205,80 (dois milhões novecentos e dezessete mil duzentos e cinco reais e oitenta centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, pagos antecipadamente ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (c) R\$ 582.794,20 (quinhentos e oitenta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos) à distribuição de dividendos intercalares, pagos ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (d) R\$ 8.168.823,19 (oito milhões cento e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e três reais e dezenove centavos) à constituição da reserva de retenção de lucros. **6.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a reversão de R\$ 8.168.823,19 (oito milhões cento e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e três reais e dezenove centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2026. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Presidente da Mesa, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário.** JUCER/JA: Certifico o arquivamento em 10/04/2026 sob o nº 00007706200, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CLUBE ESPORTIVO SUZANO COSTA - CESC
CNPJ nº 36.278.306/0001-51

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária em 25/04/2026
Prezados Associados, O Presidente, no uso de suas atribuições legais, convoca para Assembleia Geral Extraordinária do Clube Esportivo Suzano Costa - CESC, CNPJ nº 36.278.306/0001-51 - Matrícula RCPJ nº 285.058, que se realizará no dia 25 de abril de 2026 às 14:00 horas, em primeira convocação, e em segunda convocação às 16:00 horas em sua sede na Rua das Enfermeiras nº 300, Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 23.032-220, para deliberar sobre os seguintes assuntos: 1) Eleição e posse da Diretoria para o mandato com término em 13/09/2029. 2) Alteração do Estatuto. Sem mais para o momento. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026. **Misael de Mello dos Santos** - Diretor presidente.

PROSPERITATE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ nº 21.587.321/0001-04 - NIRE 33.3.0031409-1

CONVOCAÇÃO: Ficam convidados os senhores Acionistas da PROSPERITATE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá no dia 20 de abril de 2026, às 8:30 horas, em primeira convocação, havendo quórum, ou às 9:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas presentes. A assembleia ocorrerá em formato virtual, por meio da Plataforma Zoom Workplace, sendo o link de acesso encaminhado previamente por e-mail aos acionistas, com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte pauta: (i) aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) eleger os novos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026. **VITORINO LUIS DOMENECH RODRIGUEZ - PRESIDENTE - Membro do Conselho de Administração**

GOVERNO DO BRASIL
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.001/2026

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.001/2026 no dia 29/04/2026 às 11h00min. - Objeto: **Aquisição de Medicamentos** (GLICOSE 25% (250 MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10ML; CLORETO DE SÓDIO 20% (200MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10ML; CLORETO DE POTÁSSIO 6% (60 MG/ML) SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100ML e etc) Processo nº 33409.011205/2025-43. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

JBC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF 07.230.029/0001-09 - NIRE 33.2.0745720-1

Edital de Convocação de Reunião de Sócios - Aprovação de Contas
Convocamos, em primeira oportunidade, os sócios da sociedade denominada JBC Brasil Participações Ltda. para se reunirem no dia 29 de abril de 2026, às 10:00hs (dez horas), de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, através do link: <https://meet.google.com/cidc-ghwa-wnn>, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) aprovação das contas dos administradores referentes ao exercício de 2025; (iii) deliberação acerca da destinação do resultado do exercício. **OBS:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 encontram-se à disposição dos sócios, para exame e esclarecimentos, na sede da Sociedade, desde a data da convocação, nos termos da legislação aplicável, podendo ser previamente consultadas por qualquer sócio mediante solicitação. Duque de Caxias, 13 de abril de 2026. José de Bastos Martins - César de Bastos Martins.

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME 32.184.487/0001-04 - NIRE 33.3.0033425-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26/01/26: Ata lavrada em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei 6.404/76. **1. DATA, HORA E LOCAL:** 26/01/26, às 12:00 horas, na sede social da Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Edifício Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade e Estado do RJ. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a participação da totalidade das Acionistas da Companhia, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76 e alterações (“LSA”), conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. MESA:** Presidente: Carlos Eduardo Assumpção Olesko; e Secretário: Juan-Gabriel Lopez Moreno. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição dos membros titulares e membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a Assembleia Geral aprovou: (i) A reeleição dos membros titulares do Conselho de Administração da Companhia: Sr. **Carlos Eduardo Assumpção Olesko**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 077751-1, expedida pelo CREA/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.186.359-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1.701 (parte), Edifício Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030-021; Sr. **Leandro da Silva Reis**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 1506621, expedida pelo SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.722.601-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1.701 (parte), Edifício Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030-021; Sr. **Juan-Gabriel Lopez Moreno**, espanhol, casado, engenheiro industrial, portador RNE n.º G017875-R, inscrito no CPF/MF sob o n.º 236.976.318-37, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002; e Sr. **Fernando Martinez-Caro**, espanhol, casado, engenheiro civil, portador do passaporte n.º AH637358, inscrito no CPF/MF sob o n.º 237.843.578-90, residente e domiciliado em Toronto, Ontario, Canadá, com endereço comercial na 181 Bay Street, Suite 300, M5J 2T3, Toronto, Ontario, Canadá, bem como dos seguintes membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia: Sr. **Gabriel Norberto Zarpellon**, argentino, divorciado, diretor de projetos, portador do visto permanente e da carteira de identidade de estrangeiro RNE n.º V347559Q, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, em 17/08/10, inscrito no CPF/MF sob o n.º 729.437.931-91, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1.701 (parte), Edifício Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030-021, como suplente do Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Sr. **Germán Sánchez González**, espanhol, solteiro, industrial, portador do visto permanente e da carteira de identidade de estrangeiro, portador do RNE n.º V986674-2, inscrito no CPF/MF sob o n.º 062.519.617-16, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1.701 (parte), Edifício Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030-021, como suplente do Sr. Leandro da Silva Reis; Sr. **Paulo Vullu Cyriaco**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 12.722.217-2, expedida pelo IFPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 085.804.697-08, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, como suplente do Sr. Fernando Martinez-Caro; e Sr. **Filipe de Aguiar Vasconcelos Carneiro**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG n.º 110.689 e no CPF/MF sob o n.º 061.806.066-92, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, como suplente do Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, ou seja, até 26/01/27, conforme respectivos termos de posse (anexos I-A a I-H); e fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todos os atos necessários para formalizar e publicar as deliberações acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. RJ, 26/01/26. **Mesa:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente; Juan-Gabriel Lopez Moreno - Secretário. **Acionistas:** Cymí Construções e Participações S.A.; Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações (representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.). Jucerja nº 7706832 em 10/04/26.

CONCESSÃO DE LICENÇA

CONDOMÍNIO ARTE JARDIM - CNPJ sob o nº 52.190.569/0001-60 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do Processo EIS-PRO-2025/08883, a Licença Municipal Prévia e de Instalação - LMPI nº 11/2026, com validade até 31/03/2030, para implantação de vias urbanas nos logradouros AV. OE, AV. 6, AV. 8, AV. 1, Rua 2.4.1, Rua 2.4.2, Rua 2.5.1 e Rua 2.5.2 DO PAA 10.448 PAL 40481, Barra Olímpica.

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/MF N.º: 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 23 de março de 2026, às 19:00 horas, na sede da LEST - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. **3. PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, edição digital de 24 de março de 2026 e impressa de 24 de março de 2026, páginas 9 e 10 e (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 87.305.256,23 (oitenta e sete milhões trezentos e cinco mil duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos), aprovar a destinação de (a) R\$ 4.365.262,81 (quatro milhões trezentos e sessenta e cinco mil duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R\$ 20.734.998,35 (vinte milhões setecentos e trinta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, a serem pagos até 31 de dezembro de 2026 e (c) R\$ 62.204.995,06 (sessenta e dois milhões duzentos e quatro mil novecentos e noventa e seis centavos) à constituição de reserva de retenção de lucros. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: Sertões Holding S.A. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Presidente da Mesa, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário.** JUCER/JA: Certifico o arquivamento em 10/04/2026 sob o nº 00007705414 - Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.
CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16 - NIRE 33.300.027.391

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 24 de março de 2026, às 9:00 horas, na sede da Energética Serra da Prata S.A. (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. **3. PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, edição digital de 24 de março de 2026 e impressa de 24 de março de 2026, páginas 11 e 12. (ii) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **5.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovação da reversão de R\$ 18.988.487,25 (dezoito milhões novecentos e noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinco centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2026. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista, sem quaisquer restrições, deliberou: **6.1.** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 46.327.124,72 (quarenta e seis milhões trezentos e vinte e sete mil cento e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos), aprovar a destinação de (a) R\$ 2.291.152,34 (dois milhões duzentos e noventa e um mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Oitavo do Estatuto da Companhia; (b) R\$ 11.008.993,10 (onze milhões oito mil novecentos e noventa e três reais e dez centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Oitavo do Estatuto da Companhia, pagos antecipadamente ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (c) R\$ 14.038.492,04 (quatorze milhões trinta e oito mil quatrocentos e noventa e dois reais e quatro centavos) à distribuição de dividendos adicionais, pagos R\$10.098.491,09 (dez milhões noventa e oito mil quatrocentos e noventa e um reais e nove centavos) ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (d) R\$ 3.940.000,95 (três milhões novecentos e quarenta mil e noventa e cinco centavos) de saldo residual de dividendos adicionais decorrentes do lucro líquido do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2025 a serem pagos até 31 de dezembro de 2026 e (e) R\$ 18.988.487,25 (dezoito milhões novecentos e noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos) à constituição da reserva de retenção de lucros. **6.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a reversão de R\$ 18.988.487,25 (dezoito milhões novecentos e noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2026. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: Monte Pascoal Holding S.A. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Presidente da Mesa, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário.** JUCER/JA: Certifico o arquivamento em 10/04/2026 sob o nº 00007706812, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EÓLICA MANGUE SECO 1 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 11.643.458/0001-85 - NIRE 33.3.0034028-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 24 de março de 2026, às 12:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. **3. PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, edição digital de 21, 22 e 23 de março de 2026 e impressa de 21, 22 e 23 de março de 2026, página 11. (ii) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **5.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovação da reversão de R\$ 8.274.124,13 (oito milhões duzentos e setenta e quatro mil cento e vinte e quatro reais e treze centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2026. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista, sem quaisquer restrições, deliberou: **6.1.** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 12.920.130,67 (doze milhões novecentos e vinte mil cento e trinta reais e sessenta e sete centavos), aprovar a destinação de (a) R\$ 646.006,53 (seiscentos e quarenta e seis mil seis reais e cinquenta e três centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R\$ 3.068.531,03 (três milhões sessenta e oito mil quinhentos e trinta e um reais e três centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, pagos antecipadamente ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (c) R\$ 931.468,97 (novecentos e trinta e um mil quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos) à distribuição de dividendos intercalares, pagos ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (d) R\$ 8.274.124,13 (oito milhões duzentos e setenta e quatro mil cento e vinte e quatro reais e treze centavos) à constituição da reserva de retenção de lucros. **6.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a reversão de R\$ 8.274.124,13 (oito milhões duzentos e setenta e quatro mil cento e vinte e quatro reais e treze centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2026. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Presidente da Mesa, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário.** JUCER/JA: Certifico o arquivamento em 10/04/2026 sob o nº 00007705354, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LINHA 2-VERDE

Metrô de SP divulga informações sobre a estação Cerro Corá

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Prevista como a extensão da Linha 2-Verde do Metrô, a Estação Cerro Corá, na zona oeste da capital paulista, teve o seu status atualizado em documento divulgado pelo Metrô. Conforme relatório, a companhia concluiu o projeto básico para contratação do projeto executivo e implantação da obra.

A nova parada da Linha 2-Verde vai ligar a Linha 20-Rosa. A estação pretende conectar as ruas Cerro Corá e Aurélio. O documento afirma ainda que os imóveis afetados já foram incluídos.

A Linha 20-Rosa do Metrô conectará a futura Estação Santa Marina, também na zo-

na oeste da capital, à Estação Santo André, no ABC paulista. O projeto começou em 2013 com o objetivo de estabelecer uma conexão entre a zona oeste da capital paulista e os municípios do ABC.

Dessa forma, o trajeto deve passar por áreas com demanda alta, como Lapa, Pinheiros, Itaim Bibi, Moema, São Bernardo e, além disso, Santo André. Em 2023, os estudos de anteprojeto foram concluídos, definindo o traçado e incluindo, assim, o prolongamento da Linha 2-Verde.

Em junho do ano passado, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que as obras da futura Linha 20-Rosa do Metrô vão começar pelo ABC.

PROCURADOR

Paulo Sérgio Costa vence eleição interna do MP de São Paulo

FAUSTO MACEDO/AE

O procurador de Justiça Paulo Sérgio de Oliveira e Costa foi reeleito, no sábado passado, chefe do Ministério Público de São Paulo. Com 1.305 votos, ele superou seu rival, o procurador Marco Antônio Ferreira Lima (456 votos). A recondução de Paulo Sérgio depende do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), a quem cabe fazer a escolha - ele pode indicar qualquer nome, independentemente da colocação no pleito.

A eleição foi marcada por um clima ameno, ao contrário de outras contendas que marcaram a instituição ao longo dos anos 1990 e 2000 - período em que procuradores que ambicionavam o topo do MP trocavam hostilidades em busca de votos de seus pares.

O MP paulista mantém em seus quadros 2.076 promotores e procuradores. O pleito, realizado por meio eletrônico, foi aberto às 9 horas e se encerrou às 17 horas.

Aliados de Paulo Sérgio dão como certa sua permanência por mais dois anos na cadeira número 1 do MP. Ao longo de seu primeiro mandato, o procurador construiu uma relação de confiança e proximidade com o chefe do Executivo,

especialmente em pautas de interesse comum.

Ele incentivou a atuação do Ministério Público no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos no Estado de São Paulo (Cira-SP), força-tarefa que caça sonegadores.

O balanço de 2024, primeiro ano do mandato de Paulo Sérgio, mostra que foram recuperados para o Tesouro do Estado R\$ 4 bilhões em tributos sonegados envolvendo 232 empresas e 90 grupos econômicos.

De outro lado, o procurador-geral não sofreu nenhum tipo de influência ou pressão do Palácio dos Bandeirantes na cruzada contra um extenso esquema de corrupção que capturou setores sensíveis da Fazenda do Estado - cerca de 40 auditores fiscais estão sob suspeita de integram o "fura-fila", por meio do qual eram contemplados com propinas bilionárias em troca de agilização de restituições de créditos tributários a gigantes do varejo e do atacado.

FACÇÕES

Se reconduzido por Tarcísio, Paulo Sérgio planeja impulsionar uma estratégia que reputa importante na luta contra o crime organizado - a valorização de promotorias que se dedicam ao cerco das facções violentas.

PREFEITURA

Quatro empresas disputam reforma do Viaduto do Chá

MALU MÔES/AE

A Prefeitura de São Paulo recebeu ontem, quatro propostas na licitação para a reforma do Viaduto do Chá, no centro da capital. O projeto inclui a construção de um bonde histórico turístico em frente ao Shopping Light.

A previsão é que as obras comecem em agosto e durem dois anos. O contrato também prevê a revitalização da Praça do Patriarca e dos calçadões no entorno do Theatro Municipal.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) havia calculado investimento de R\$ 75,5 milhões no projeto. A empresa que apresentar o maior desconto sobre o valor será a vencedora da licitação. Veja as propostas apresentadas:

- Consórcio Eixo Cultural São Paulo (formado pelas empresas Paulista Obras e Pavimentação Ltda., Amazônia Ambiental - Conservação, Serviços e Construções Ltda., Venezian Mavem Engenharia Ltda., PCS Obras e - Locações Ltda. e Sanejets Engenharia Civil e Saneamento Ltda.): R\$ 63.888.876,24

- Consórcio Novo Centro (formado por Construtora e Incorporadora Squadra Ltda., Construtora LDN Ltda. e Vision GS Serviços Ltda.): R\$ 68.891.040,26

- Consórcio Novo Viaduto do Chá (formado por Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia S.A., M4 Construções Ltda. e Enpasa Engenharia Pavimentação e Saneamento Ltda.): R\$ 71.395.894,64

- Lemam Construções e Comércio S.A.: R\$ 72.882.208,84

O consórcio Eixo Cultural São Paulo apresentou o maior desconto - mais de R\$ 11 milhões a menos do que o valor calculado pela Prefeitura.

O vencedor, porém, não foi anunciado. A documentação das concorrentes ainda será analisada para, só depois, o resultado ser divulgado. Segundo a gestão, a medida é necessária para verificar o atendimento às exigências previstas no edital.

Na sequência, ainda haverá prazo de cinco dias para recurso das perdedoras, antes de o contrato ser assinado.

BONDINHO NO CENTRO

Em referência aos antigos

transportes elétricos de São Paulo, a ideia é que o bondinho funcione como ponto turístico e central de informações.

Na primeira metade do século 20, uma das principais linhas de bonde da cidade passava pelo Viaduto do Chá. O uso do modal se estendeu até 1968.

Outro motivo para a escolha do local é o Shopping Light. O Edifício Alexandre Mackenzie, inaugurado em 1929, era o endereço da The São Paulo Tramway, Light and Power - mais conhecida apenas como Light. A companhia foi responsável pela implantação dos bondes elétricos na cidade, em 1900.

Em frente ao bondinho, também será feito um recuo na calçada, para o embarque e desembarque de passageiros de táxi, transporte por aplicativo e afins, a exemplo do que já existe na entrada da sede da Prefeitura. O calçamento daquele entorno passará por uma alteração, do mosaico português para o granito, com as mesmas cores atuais.

PEDRAS PORTUGUESAS

A reforma do Viaduto do Chá prevê a substituição completa

do piso de pedra portuguesa das calçadas por granito. A Prefeitura argumenta que a medida é uma forma de garantir acessibilidade e facilitar a locomoção para pessoas com dificuldade de mobilidade - que, por vezes, tropeçam nas pedras.

O local passará por obras de recuperação da estrutura do viaduto e correções de pontos com infiltração. O guarda-corpo será restaurado e uma nova base da Guarda Civil Metropolitana também será instalada no entorno.

As pedras portuguesas serão restauradas, mas mantidas na Praça do Patriarca. O espaço deve receber de volta a estátua de José Bonifácio e ganhar quatro novas árvores. O piso do entorno do Theatro Municipal também será requalificado.

O contrato inclui ainda a instalação de um gradil retrátil na marquise da Praça do Patriarca - projetada por Paulo Mendes da Rocha, um dos dois únicos brasileiros vencedores do Prêmio Pritzker, o "Nobel" da arquitetura. A gestão Nunes afirma que o objetivo é resguardar a estrutura, "que hoje está deteriorada e subutilizada".

FEMINICÍDIO

STJ decide se PM será julgado pela Justiça comum ou Militar

LEONARDO SIQUEIRA/AE

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisará qual instância é competente para julgar o caso em que o tenente-coronel da Polícia Militar Geraldo Leite Rosa Neto (foto) é acusado de matar a esposa, a soldada da PM Gisele Alves, se a 5ª Vara do Júri de São Paulo ou a Justiça Militar.

Em nota, o STJ esclareceu que o relator do conflito de competência será o ministro Reynaldo Soares da Fonseca, da Terceira Seção do STJ. Os autos foram remetidos ao MPF para parecer.

O Art. 105, inciso I, da constituição esclarece que é dever do STF processar e julgar "os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos".

Conforme o Ministério Público do Estado de São Paulo



INSTAGRAM

(MPSP), a juíza do V Tribunal do Júri da Capital já havia recebido, em fevereiro, a denúncia oferecida pelas promotoras Ingrid Ma-

ria Bertolino Braidó e Daniela Romanelli da Silva contra o tenente-coronel da Polícia Militar.

"O MPSP informa que o autor do delito já é réu no Tribunal do Júri, que tem a competência para julgar crimes contra a vida", disse o MPSP.

O CASO

Gisele morreu com um tiro na cabeça na manhã do dia 18 de fevereiro, no apartamento em que ela vivia com o marido, o tenente-coronel Geraldo Neto. Só o casal estava em casa. Geraldo Neto contou à polícia que a mulher se suicidou depois que ele manifestou a ela o desejo do divórcio.

O caso foi inicialmente registrado como suicídio, mas foi modificado para morte suspeita após a família da vítima relatar que ela vivia uma relação abusiva, com excesso de controle e ciúmes por parte de Geraldo Neto.

A polícia afirma que versão do tenente-coronel não se sustenta e que Gisele foi assassinada pelo marido, ou seja, foi vítima

de feminicídio. A conclusão foi feita com base em uma série de indícios técnicos que a perícia encontrou durante a apuração do caso.

Entre as evidências estão marcas de unha na região do pescoço e do rosto de Gisele; manchas de sangue dela no banheiro, na Bermuda e na toalha de Geraldo Neto; a maneira como a arma foi encontrada na mão da vítima e o modo como o corpo da policial estava disposto no chão, indicando uma provável manipulação da cena do crime.

Para a polícia, esses diálogos desmentiriam a versão do tenente-coronel de que ele desejava o divórcio. O interesse pela separação, na verdade, partia de Gisele e era Geraldo quem impunha uma resistência a esse término.

A corregedoria da Polícia Militar também abriu uma investigação e tanto a Justiça Militar como a Justiça Comum decretaram a prisão do tenente-coronel. Geraldo Neto foi detido no dia 18 de março e aguarda julgamento.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME - Instituto Metropolitan de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de maio de 2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de Titulares dos CRI será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver* prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (xxviii) do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantias Reais, Com Garantia Fiduciária Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Ime - Instituto Metropolitan de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Notas Comerciais"), em decorrência do possível descumprimento da obrigação não pecuniária do envio das cópias das demonstrações financeiras trimestrais auditadas da Devedora, nos termos da Cláusula 10.1, subitem (i), alínea (a) das Notas Comerciais, relativo a dezembro de 2023 (março, junho e setembro), dezembro de 2024 (março, junho e setembro) e dezembro de 2025; (ii) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "i" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 90 (noventa) dias, a contar de 30 de abril de 2026, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela Devedora; (iii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio do Relatório de Destinação dos Recursos, nos termos da Cláusula 4.7 e 4.7.1 das Notas Comerciais, referente: (i) novembro de 2023 e abril de 2024, (ii) maio a outubro de 2024, (iii) novembro de 2024 e abril de 2025, (iv) maio de 2025 a novembro de 2025, e (v) dezembro de 2025 a maio de 2026; (iv) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "i" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da realização da presente assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela Devedora; e (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Famenro 59", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) Quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a elaboração da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 14 de abril de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 22ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11 e seguintes do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 22ª (vigésima segunda) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos por Cláudio Henrique de Santi, Cláudia Aparecida Pizzi de Santi, João Bosco de Santi, Valéria Arjona de Santi, Luis Carlos de Santi e Eleusa Sarrini Malvestro De Santi" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 04 de maio de 2026, às 15:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a substituição do termo "Data de Cálculo" conforme definido na Cláusula 5.3 do Termo de Securitização, para que passe a constar como "Data de Aniversário", bem como, em todas as suas referências ao longo do documento; (ii) Aprovar a alteração da Cláusula 5.3, subitem (f) do Termo de Securitização, para que a redação passe a vigorar conforme abaixo: "5.3 (f) Caso a Data de Aniversário seja dia não útil, deve-se considerar para referência de cálculo o Dia Útil imediatamente posterior (por exemplo, se a Data de Aniversário for dia 5 e este dia for um domingo, a Data de Aniversário deve ser a segunda-feira dia 6, desde que este dia seja útil)"; (iii) Aprovar a retificação da alteração do Cronograma de Pagamentos, constante do Anexo II do Termo de Securitização, que foi incluída de forma incompleta no 2º Aditamento ao Termo de Securitização, conforme assinado, para que passe a vigorar nos termos do cronograma de pagamentos estabelecido no Anexo deste Edital, bem como, no Anexo II da Ata de Assembleia ("Novo Cronograma de Pagamentos"); (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br e juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI DE SANTI (22)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) Quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a elaboração da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo - <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/22/1414297>

São Paulo, 11 de abril de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Sempre Agtech LTDA. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de maio de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (i), das CPR-Fs, em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária referente ao pagamento da PMT de 02 de abril de 2026, conforme Cronograma de Pagamentos constante do Anexo II do Termo de Securitização, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável à referida PMT será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (ii) Caso aprovada a sustação prevista a Ordem do Dia acima, aprovar a alteração do Anexo II - Cronograma de Pagamento da Remuneração e Amortização dos CRA, 1ª e 2ª Séries, do Termo de Securitização, e do Anexo I - Cronograma de Pagamentos da Amortização Ordinária e da Remuneração, das CPR-Fs, que passarão a vigorar conforme Anexo II da Ata de Assembleia e da Proposta do Administrador; e (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrar todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) Quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a elaboração da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 10 de abril de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização



EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

CNPJ nº 27.816.487/0001-31

Balancos Patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$ Mil)				Demonstração do Valor Adicionado em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$ Mil)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$ Mil)				
Ativo	Notas	2025	2024	Notas	2025	2024	Notas	2025	2024	Notas	2025	2024
			Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado			
Circulante		3.107.206	5.408.105									
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.994.746	5.227.035									
Recursos com Restrição - FINEP	5	25.573	26.374	26	147.865	129.860				30	517.183	549.361
Contas a Receber	6	10.692	5.098		227	448					3.706	1.386
Tributos a Recuperar	7	44.279	116.067		(38.392)	(62.556)					8.181	(3.927)
Adiantamentos Concedidos	8	13.544	9.920		(5.134)	(3.357)					274	(47)
Estoque	9	16.240	14.961		(2.567)	(12.639)					(105.590)	(100.182)
Depósitos em Garantia	10	2.122	8.642		(30.691)	(46.500)					(36.737)	(62.564)
Despesas Antecipadas		10	8		109.700	67.752					(101.904)	(185.231)
Não Circulante		9.449.726	6.805.809		(19.904)	(6.521)					(1.097)	(1.209)
Realizável a Longo Prazo		15.252	14.050		12	(2.020)	(4.708)				(19.821)	(20.964)
Depósitos Judiciais	11	11.428	11.279								412.399	305.735
Depósitos em Garantia	10	950	2.611									
Subvenção Governamental - FINEP		2.874	160									
Imobilização	12	9.431.675	6.788.980									
Intangível	13	2.799	2.779									
Total do Ativo		12.556.932	12.213.914									
Passivo		162.707	155.078									
Circulante		162.707	155.078									
Gerenciamento de Recursos MB	14	911	1.883									
Obrigações Tributárias	15	17.922	16.822									
Obrigações Trabalhistas	16	13.573	13.182									
Antecipações de Clientes	17	23.520	24.736									
Garantias Recebidas	18	9.491	5.785									
Dividendos e JSCP	19	75.886	78.339									
Fornecedores - Contas a Pagar	20	21.032	13.883									
Recargas Antecipadas		59.644	46.228									
Não Circulante		9.449.726	6.805.809									
Provisões para Contingências	21	30.970	19.741									
Subvenção Governamental - FINEP	22	28.674	26.487									
Patrimônio Líquido		12.334.581	12.012.608									
Capital Social	23	6.883.420	5.301.249									
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24	4.086.996	5.668.765									
Reservas Lucros	25	1.364.165	1.042.594									
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.556.932	12.213.914									

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$ Mil)								
	Nota	Capital Social	AFAC	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros	Lucros à Disposição à AGO	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.634.385	7.083.858	99.614	-	-	943.240	-11.761.097
Incorporação ao Capital Social		1.666.864	(1.415.093)	-	-	-	(251.771)	-
Lucro do Exercício		-	-	-	-	-	329.850	329.850
Constituição de Reserva Legal		-	-	16.493	-	-	(16.493)	-
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	-	-	235.018	(235.018)	-
Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio Proposto	19	-	-	-	-	-	(78.339)	(78.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.301.249	5.668.765	116.107	-	-	926.487	-12.012.608
Incorporação ao Capital Social		1.582.171	(1.581.769)	-	-	-	(402)	-
Lucro do Exercício		-	-	-	-	-	319.520	319.520
Constituição de Reserva Legal		-	-	15.976	-	-	(15.976)	-
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	-	-	227.658	(227.658)	-
Constituição de Reserva Especial		-	-	-	78.339	-	-	78.339
Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio Proposto	19	-	-	-	-	-	(75.886)	(75.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		6.883.420	4.086.996	132.083	78.339	-	1.153.743	-12.334.581

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$ Mil)

1. Contexto Operacional: A Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron (“Emgepron”) é uma empresa pública não dependente vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando da Marinha, criada pela Lei nº 7.000/1982, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e capital social integralmente subscrito e integralizado pela União. O art. 4º do estatuto social, a Emgepron tem por objeto social: • Promover a indústria militar naval brasileira e atividades correlatas, inclusive pesquisa e desenvolvimento; • Gerenciar e apoiar projetos aprovados pelo Comando da Marinha ou pelo Ministério da Defesa; e • Atividades vinculadas à obtenção e manutenção de material militar naval. Em sintonia com o objeto social da empresa, por meio da Portaria GMMD nº 330/2016 o Comando da Marinha foi autorizado a atuar, por intermédio da EMGEPRON, como interveniente técnico do Ministério da Defesa na venda de produtos de defesa para governos de outros países. 1.1. Obrigações assumidas em condições diversas às de outra sociedade do setor privado: Os arts. 5º e 6º do estatuto social dispõem sobre a possibilidade de a União orientar a Emgepron a assumir obrigações ou responsabilidades em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação. Para que essa obrigação possa ser assumida deverá: ser definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e ter seus custos e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano de contas contábil. Nesse contexto, a União capitalizou a EMGEPRON entre os anos de 2017 e 2019 para gerenciar a construção de 4 (quatro) Fragatas da Classe Tamandaré e 1 (um) Navio Polar, abordados nos tópicos a seguir: Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT): A Marinha do Brasil (MB), em busca de alternativas que possibilitassem um nível de investimento adequado para a recomposição do núcleo do poder naval, concluiu que o melhor modelo de negócio deveria ser realizado através da Emgepron. O modelo de negócio teve como característica a capitalização da Emgepron pela Marinha do Brasil, para que a empresa realizasse o gerenciamento e apoio a projetos e suas execuções, relacionadas aos empreendimentos navais com recursos públicos. Nesse contexto, por meio das Leis nºs 13.534/2017 (R\$ 500 milhões), 13.587/2018 (R\$ 2,5 bilhões), 13.808/2019 (R\$ 2,5 bilhões) e 13.951/2019 (R\$ 4 bilhões), houve uma capitalização no montante de R\$ 9,5 bilhões, o qual permitiu o início do Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), contribuindo para a recomposição do núcleo do poder naval. “A publicação Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM) define poder naval como “um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Militares e Setoriais de Defesa, decorrentes dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END)”. Em março de 2019, iniciaram-se as negociações para a construção de quatro Fragatas Classe Tamandaré em estaleiro nacional, envolvendo a participação da indústria nacional, transferência de tecnologia (ToT), desenvolvimento da gestão do ciclo de vida (GCV) e o apoio logístico integrado (ALI). Conforme modelo estabelecido, à medida que as fragatas forem sendo prontificadas, a EMGEPRON transferirá o domínio e uso para Marinha do Brasil, por meio de contrato de instituição de domínio público através de uma afetação de bem naval, e em compensação, a MB, com recursos do seu orçamento ressarcirá anualmente a empresa no valor depreciado de cada navio. Os recursos originários desse ressarcimento sustentarão futuros projetos de construção de meios navais, contribuindo para a perenidade do modelo de negócio. Projeto Navio Polar (NPo) Almirante Saldanha: A obtenção de um navio de apoio logístico, denominado Navio Polar (NPo) Almirante Saldanha, dotado de elevada capacidade logística e de operar em águas com camadas de gelo no período do verão/outono da região antártica, possibilitará um aumento significativo das áreas que poderão ser alcançadas pelos projetos de pesquisa no Continente Antártico. Nesse contexto, por meio das Leis nºs 13.765/2018 (R\$ 100 milhões), 13.808/2019 (R\$ 400 milhões) e 13.951/2019 (R\$ 250 milhões), houve uma capitalização no montante de R\$ 750 milhões, o qual permitiu a contratação para obtenção do NPo. O Brasil é signatário do Tratado da Antártida, firmado originalmente em 1959 e em vigor desde 1961, cujo objetivo central é assegurar a utilização pacífica da Antártica e sua exploração exclusivamente para fins científicos, com ênfase na pesquisa de ponta e na preservação ambiental. O Tratado também estabelece a suspensão da exploração de recursos naturais e minerais até 2048, quando seus termos poderão ser revidados. A manutenção do status consultivo e do direito a voto nas reuniões do Tratado está condicionada à realização de atividades científicas substanciais na região. Com o objetivo de cumprir os compromissos assumidos com a adesão ao Tratado Antártico e, com isso, manter o seu direito a voto e participação nas reuniões subsequentes, o Brasil inaugurou em 1984 a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Em fevereiro de 2012, um incêndio afetou 70% de suas instalações, porém, apesar do incidente, as pesquisas científicas prosseguiram com os recursos disponíveis e por meio de parcerias com instituições de outros países para utilização de suas estações antárticas, durante o tempo de reconstrução da EACF. Em 15 de janeiro de 2020, a EACF foi inaugurada e suas atividades restabelecidas. Devido às suas riquezas minerais, volume de gelo, importância na regulação do clima e sua própria localização geográfica, o Antártico é extremamente importante para o mundo. Não por acaso, todos os países com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU são membros signatários do Tratado Antártico. No âmbito regional, nações vizinhas têm investido nos seus respectivos programas Antárticos. Tal interesse advém das riquezas existentes naquela região. Fruto dessas riquezas estratégicas, diversos países apresentaram pleitos de reivindicação territorial no continente, algumas sobrepostas, com destaque para a região onde se localiza a estação brasileira, pleiteada simultaneamente pela Argentina, Chile e Reino Unido. Atualmente, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), o Brasil conta com o Navio de Apoio Oceanográfico (NAPoC) Ary Rongel e o Navio Polar (NPo) Almirante Maximiano. Considerando as limitações operacionais e a idade do NAPoC Ary Rongel, incorporado em 1981, a aquisição do NPo Almirante Saldanha apresenta-se como solução estratégica para assegurar o abastecimento da EACF em condições mais severas, inclusive reduzindo a dependência de missões aéreas realizadas pela Força Aérea Brasileira durante o inverno antártico. Com a incorporação do NPo Almirante Saldanha ao PROANTAR, está prevista a desativação do NAPoC Ary Rongel, o que representará economia estimada em aproximadamente USD 3 milhões anuais, relativos a custos de manutenção. Adicionalmente, a construção do novo navio contribuirá para o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento da indústria naval brasileira. A substituição do NAPoC Ary Rongel ampliará a capacidade de apoio à pesquisa científica e reforçará a presença estratégica do Brasil na Antártica, região de elevada relevância ambiental, científica e geopolítica. A prontificação e entrega do NPo Almirante Saldanha estão previstas para o primeiro semestre de 2026. Em consonância com o modelo de negócios adotado no Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), após a conclusão do NPo, a Emgepron transferirá o domínio e o uso do navio à Marinha do Brasil, mediante contrato de instituição de domínio público, por meio de afetação de bem naval, fazendo jus, em contrapartida, ao ressarcimento correspondente à depreciação anual do ativo. Tal sistemática visa assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do modelo adotado. a. Representação das demonstrações contábeis do exercício anterior. O balanço patrimonial, a demonstração de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, da Emgepron, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, originalmente emitidas e aprovadas, pela sua administração, em 14 de fevereiro de 2025, estão sendo reapresentadas de forma espontânea, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, e com objetivo de melhor retratar as informações contábeis daquele exercício. A administração declara que revisou, discutiu e aprovou o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, da Emgepron, findas em 31 de dezembro de 2024, e a representação dessas informações em 09 de março de 2026, e que ora estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade.

Balanco Patrimonial			
	Originalmente apresentado	Reclassificação Ajuste	Reapresentado
Circulante	5.408.105	-	5.408.105
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.253.409	(26.374)	5.227.035
Recursos com Restrição - FINEP	-	26.374	26.374
Total do Ativo	12.213.914	-	12.213.914

Demonstração do Resultado			
	Originalmente apresentado	Reclassificação Ajuste	Reapresentado
Prejuízo Bruto	(22.064)	-	(22.064)
(-) Despesas Operacionais	(35.364)	-	(35.364)
Despesas Administrativas	(33.203)	(18)	(33.221)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.161)	18	(2.143)
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro	(57.428)	-	(57.428)
Resultado Financeiro	516.625	-	516.625
Resultado Financeiro Líquido	516.625	-	516.625
Receitas Financeiras	549.361	(26.174)	523.187
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras	(26.174)	26.174	-
Lucro Antes dos Tributos	459.197	-	459.197

Demonstração do Fluxo de Caixa			
	Originalmente apresentado	Reclassificação Ajuste	Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	26.327	(26.327)	-
Subvenção Econômica Recebida - FINEP	26.327	(26.327)	-
Recebimentos (Pagamentos) - Recurso com Restrição - FINEP	-	(47)	(47)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	332.109	(26.374)	305.735
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicado no Exercício	(1.397.081)	(26.374)	(1.423.455)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	6.650.490	-	6.650.490
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	5.253.409	(26.374)	5.227.035
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicado no Exercício	(1.397.081)	(26.374)	(1.423.455)

Demonstração do Valor Adicionado			
	Originalmente apresentado	Reclassificação Ajuste	Reapresentado
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros (b)	(62.492)	(64)	(62.556)
Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(46.496)	(64)	(46.560)
Valor Adicionado Bruto (c = a - b)	67.816	(64)	67.752
Valor Adicionado Total a Distribuir (g = e - f)	610.656	(64)	610.592
Distribuição do Valor Adicionado (h = i + j + k + l)	610.656	(64)	610.592
Pessoal e Administradores (i)	89.325	(64)	89.261
Caixa e Equivalentes	2025	2024	
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto (a)	2.994.283	5.226.786	
Banco Conta Movimento	445	233	
Fundo Rotativo de Caixa	18	16	
Total	2.994.746	5.227.035	

Demonstração do Fluxo de Caixa (Continuação)							
	Originalmente apresentado	Reclassificação Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificação Ajuste	Reapresentado	Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	26.327	(26.327)	-	26.327	(26.327)	-	-
Subvenção Econômica Recebida - FINEP	26.327	(26.327)	-	26.327	(26.327)	-	-
Recebimentos (Pagamentos) - Recurso com Restrição - FINEP	-	(47)	(47)	-	(47)	(47)	(47)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	332.109	(26.374)	305.735	332.109	(26.374)	305.735	305.735
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicado no Exercício	(1.397.081)	(26.374)	(1.423.455)	(1.397.081)	(26.374)	(1.423.455)	(1.423.455)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	6.650.490	-	6.650.490	6.650.490	-	6.650.490	6.650.490
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	5.253.409	(26.374)	5.227.035	5.253.409	(26.374)	5.227.035	5.227.035
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicado no Exercício	(1.397.081)	(26.374)	(1.423.455)	(1.397.081)	(26.374)	(1.423.455)	(1.423.455)

Demonstrações de Resultados Abrangentes em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$ Mil)							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2024
Lucro Líquido do Exercício	319.520	329.850	319.520	329.850	319.52		

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

CNPJ nº 27.816.487/0001-31

19. Provisão para Contingências: As provisões trabalhistas, fiscais e administrativas, estavam assim dispostas:		
Provisões para Contingências	2025	2024
Provisão para Passivos Trabalhistas (a)	30.898	19.740
Provisão para Riscos Administrativos (b)	72	1
Total	30.970	19.741
20. Subvenção Econômica - FINEP:		
Subvenção Governamental Finep	2025	2024
Subvenção Econômica - FINEP - USEXA	28.674	26.487
Trata-se da primeira parcela da subvenção econômica aprovada no montante de R\$ 93.333 mil relativo ao financiamento não reembolsável originado das fontes de recurso para apoio a projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação apresentados por ICTs nacionais, para construção de uma usina de alta complexidade tecnológica para a conversão do minério beneficiado de urânio em gás, na qual esse composto, conhecido como "yellow cake", é transformado em hexafluoreto de urânio. Os referidos recursos encontram-se aplicados em conta específica criada pela FINEP para o projeto USEXA, separados das disponibilidades da empresa, e deverão ser utilizados conforme plano de trabalho anexo ao Termo de Outorga de Subvenção Econômica 03.24.0368.00 firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Lei nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018), com contrapartida de recursos próprias da empresa no valor de R\$ 41.178 mil. 21. Capital Social: O capital social da Emgepron, subscrito e integralizado, pertence à União. A Assembleia Geral Ordinária aprovou em 25 de abril de 2025 o aumento e integralização de capital social, que foi proposto pela diretoria executiva, com recursos de AFAC e das reservas de lucros, no valor total de R\$ 1.582.171 mil.		
	2025	2024
Capital Social Integralizado	6.883.420	5.301.249
22. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC: A União, com o objetivo de recompor o Núcleo do Poder Naval da Marinha do Brasil, capitalizou a empresa para a construção de 4 (quatro) Fragatas da Classe Tamandaré e obtenção de 1 (um) Navio Polar. Na medida em que ocorre a efetiva aplicação dos recursos, os valores constantes do AFAC são integralizados ao capital social da empresa. Com a aprovação do aumento do capital social pela Assembleia Geral Ordinária, proposta pela diretoria executiva, no segundo trimestre de 2025, o saldo de AFAC ficou da seguinte forma:		
	2025	2024
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.086.996	5.668.765
23. Reservas de Lucros:		
	2025	2024
Reservas de Retenção de Lucros	1.153.743	926.487
Reserva Legal	132.083	116.107
Reserva Especial	78.339	-
Total	1.364.165	1.042.594
24. Conciliação da Receita Bruta de Venda e a Receita Líquida:		
	2025	2024
Receitas das Vendas de Serviços - No País	123.363	110.650
Receitas das Vendas de Mercadorias - No País	10.229	17.009
Receitas das Vendas de Mercadorias e Serviços - No Exterior	14.273	2.201
Receita bruta	147.865	129.860
(-) Tributos Sobre as Vendas e Serviços	(15.643)	(16.223)
Receita líquida	132.222	113.637
25. Custo das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados:		
	2025	2024
CMV e dos Serviços Prestados		
Custos com Pessoal	79.767	79.649
Custos com Serviços Contratados	18.927	40.534
Custos com Materiais	6.731	15.456
Custos Financeiros	488	62
Total	105.913	135.701
26. Despesas Administrativas:		
	2025	2024
Despesas com Pessoal	26.013	22.112
Despesas com Serviços Contratados	5.944	5.922
Despesas com Depreciação e Amortizações	2.020	4.708
Despesas com Materiais	482	479
Total	34.459	33.221
27. Outras Receitas e Despesas Operacionais:		
	2025	2024
Outras Receitas e Despesas		
Ajuste de Estoque FAJCMC	447	-
Recuperação de ICMS	283	-
Demais Receitas	223	293
Provisão de Rendimentos Financeiros - CDB BB	194	1.444
Receitas Multas Contratuais	2	-
Receitas Repasse Emprést. Consignação	1	1
Reversão de Despesas	-	311
Reversão de Provisão Fiscal	-	3.303
Receitas de Venda de Bens Patrimoniais	-	154
Custas Contratuais e Processuais	-	(60)
PASEP sobre Outras Receitas	(1)	(3)
Baixa do Ativo Imobilizado	(2)	(1.833)
Multas Fiscais	(8)	-
COFINS sobre Outras Receitas	(9)	(18)
ICMS - Diferencial de Alíquota	(35)	(73)
Provisão para Riscos Fiscais e Administrativos	(71)	-
Ajustes do exercício anterior	(168)	-
Outras Despesas Operacionais	(287)	(40)
Perda de Processos Trabalhistas	(433)	(750)
Taxas Diversas	(458)	(144)
ICMS, PIS, COFINS, IPI, II e Taxa Siscomex	(626)	(441)
Perdas com Contas a Receber - BNIC	(1.053)	-
Reversão de Provisão de Rendimentos Financeiros - CBD BB	(1.507)	-
Perda com Contas a Receber	(4.891)	-
Provisão para Passivo Trabalhista	(16.179)	(4.287)
Total	(24.578)	(2.143)

28. Resultado Financeiro Líquido:		
	2025	2024
Receitas e Despesas Financeiras		
Receitas Financeiras	517.183	549.361
Rendimentos de Aplicações - PFCT	430.643	457.272
Rendimentos de Aplicações - NPo	62.202	65.301
Rendimentos de Aplicações no País	11.091	9.654
Varições Cambiais e Monetárias	10.401	13.599
Rendimentos de aplicações - USV Suppressor	1.944	1.693
Rendimentos de aplicações - ComForsup	902	1.842
(-) Tributos sobre as Receitas Financeiras	(24.629)	(26.174)
COFINS sobre Receitas Financeiras - PFCT	(16.607)	(18.832)
PASEP sobre Receitas Financeiras - PFCT	(4.267)	(3.060)
COFINS sobre Receitas Financeiras - NPo	(2.627)	(2.612)
COFINS sobre Receitas Financeiras - EMGEPRON	(484)	(930)
PASEP sobre Receitas Financeiras - NPo	(427)	(424)
COFINS sobre Receitas Financeiras - USV Suppressor	(83)	(68)
PASEP sobre Receitas Financeiras - EMGEPRON	(79)	(151)
COFINS sobre Receitas Financeiras - ComForsup	(36)	(74)
PASEP sobre Receitas Financeiras - USV Suppressor	(13)	(11)
PASEP sobre Receitas Financeiras - ComForsup	(6)	(12)
Despesas Financeiras	(5.786)	(6.562)
Varições Monetárias	(5.608)	(5.698)
Juros	(63)	(81)
Despesas Bancárias	(57)	(73)
Multa	(54)	(65)
Varições Cambiais	(4)	(645)
Total	486.768	516.625
29. Conciliação do IRPJ e CSLL: No quadro a seguir é demonstrado a conciliação do IRPJ e da CSLL:		
	2025	2024
Apuração do IRPJ e CSLL		
Apuração CSLL		
Base de cálculo da contribuição social		
Lucro contábil do exercício	454.040	459.197
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	20.546	5.086
(-) Exclusões	(78.868)	(83.780)
Base antes da compensação	395.718	380.503
Compensação de prejuízos anteriores	-	-
Lucro Real Ajustado	395.718	380.503
Contribuição social do exercício - 9%	35.615	34.245
Apuração IRPJ		
Base de cálculo do imposto de renda		
Lucro contábil do exercício	454.040	459.197
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	20.546	5.086
(-) Exclusões	(78.868)	(83.780)
Base antes da compensação	395.718	380.503
Compensação de prejuízos anteriores	-	-
Lucro Real Ajustado	395.718	380.503
Imposto de renda - 15%	59.357	57.076
Imposto de renda adicional - 10%	39.548	38.026
Imposto de renda do exercício	98.905	95.102
30. Transações Partes Relacionadas:		
	2025	2024
Transações com partes relacionadas		
Ativos	8.881	3.739
Contas a Receber (nota explicativa nº 6)	8.881	3.739
Marinha do Brasil	8.545	3.380
Indústria de Material Bélico - IMBEL	-	5
Petróleo Brasileiro - Petrobras	-	18
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	336
Passivos	9.415	8.260
Fornecedores	31	89
Marinha do Brasil	31	89
Gerenciamento de Recursos (nota explicativa nº 14)	911	1.883
Marinha do Brasil	911	1.883
Antecipações de Clientes (nota explicativa nº 17)	8.473	6.288
Marinha do Brasil	8.473	5.527
Indústria de Material Bélico - IMBEL	-	761

Resultado com partes relacionadas			2025	2024
				Reapresentado
Receita Operacional			104.293	118.622
Marinha do Brasil			97.849	105.397
Indústria de Material Bélico - IMBEL			5.890	12.438
Exército Brasileiro			0	597
Universidade Federal Fluminense - UFF			203	190
Secretaria de infra-estrutura do Estado da Bahia - SEINFRA			351	0
(-) Deduções de Tributos			(11.711)	(14.970)
Marinha do Brasil			(10.359)	(12.444)
Indústria de Material Bélico - IMBEL			(1.223)	(2.505)
Universidade Federal Fluminense - UFF			(79)	(21)
Secretaria de infra-estrutura do Estado da Bahia - SEINFRA			(50)	0
Receita Líquida			92.582	103.652
Marinha do Brasil			87.490	92.935
Indústria de Material Bélico - IMBEL			4.667	9.933
Exército Brasileiro			0	597
Universidade Federal Fluminense - UFF			124	169
Secretaria de infra-estrutura do Estado da Bahia - SEINFRA			301	0
Custos			(84.203)	(122.761)
Marinha do Brasil			(83.227)	(114.633)
Indústria de Material Bélico - IMBEL			(844)	(7.891)
Universidade Federal Fluminense - UFF			(131)	(237)
Secretaria de infra-estrutura do Estado da Bahia - SEINFRA			(1)	-
Resultado Bruto			8.379	(19.109)
Marinha do Brasil			4.263	(21.680)
Secretaria de infra-estrutura do Estado da Bahia - SEINFRA			300	0
Exército Brasileiro			0	597
Indústria de Material Bélico - IMBEL			3.823	2.042
Universidade Federal Fluminense - UFF			(7)	(68)
31. Conciliação entre o Resultado Contábil Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o fluxo de caixa operacional da empresa e elaborado pelo método indireto, conciliando o resultado contábil com o fluxo de caixa operacional, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03.				
			2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício			319.520	329.850
Ajustado por:				
Depreciação			2.020	4.708
Baixa do Ativo Imobilizado, líquida			(47)	1.833
Baixa do Ativo Intangível, líquida			-	665
Provisão (Reversão) para Contingências e Outras Provisões			11.229	(158)
Varições Monetárias, líquidas			(4.739)	(7.742)
Varições Cambiais, líquidas			336	486
Lucro do Exercício Ajustado			328.319	329.642
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais			67.408	(37.831)
Contas a Receber			(5.594)	1.854
Estoques			(1.279)	200
Tributos a Recuperar			71.788	(3.557)
Adiantamentos Concedidos			(3.624)	(6.971)
Depósitos em Garantia			8.181	(3.927)
Despesas Antecipadas			(2)	4
Depósitos Judiciais			(149)	1.100
Recursos com Restrição - FINEP - AC			801	(26.374)
Subvenção Governamental FINEP - ANC			(2.714)	(160)
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais			16.672	13.924
Gerenciamento de Recursos MB			(972)	(8.747)
Obrigações Tributárias			1.100	(9.192)
Obrigações Trabalhistas			391	(294)
Antecipações de Clientes			(1.216)	(16.485)
Garantias Recebidas			3.706	1.386
Fornecedores - Contas a Pagar			4.327	6.886
Receitas Antecipadas			7.149	13.883
Subvenção Governamental FINEP - PNC			2.187	26.487
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais			412.399	305.735
Gustavo Pereira Pinto Contra-Almirante (IM) Diretor Administrativo-Financeiro Expedito Rezende Lemos Contador Chefe do Departamento de Contabilidade				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron ("Emgepron"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Emgepron, em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Maceió/AL, 11/03/2026. C O N V I C T A. Auditores Independentes S/S Ltda - CRC/AL nº 196 I CVM nº 7.706 I CNAI-PJ nº 62. Carlos Henrique do Nascimento - Contador - CRC/AL nº 3.376 I CNAI nº 594.

País

Decoro parlamentar

Conselho de Ética julga representações contra Marcos Pollon

MARIA MAGNABOSCO/AE

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados julga hoje, os pareceres sobre duas representações contra Marcos Pollon (PL-MS) por conduta incompatível com decoro parlamentar.

Além de ter sido o último a recuar durante o motim que obstruiu os trabalhos da Câmara após a prisão de Jair Bolsonaro (PL) em agosto do ano passado, Pollon também chamou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), de "bosta" e "baixinho" de um metro e 60 em discurso no Mato Grosso do Sul. As duas condutas serão julgadas pelos membros do Conselho.

O primeiro parecer de relatoria do deputado Moses Rodrigues (União-CE) pede suspensão do mandato de Pollon por 30 dias em razão da obstrução dos trabalhos da Câmara durante o motim. Já o segundo parecer, de relatoria do deputado Ricardo Maia (MDB-BA) pede suspensão do mandato por 90 dias pelas ofensas proferidas contra Hugo Motta.

Os dois casos ocorreram em agosto do ano passado, motivados pela condenação de Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e 3 meses de prisão por tentativa de golpe de Estado. Após a sentença da Corte, no início de agosto de 2025 os parlamenta-

res bolsonaristas ocuparam a Mesa Diretora da Câmara e do Senado Federal de modo a impedir o trabalho no plenário.

Pollon participou do motim e foi o último deputado da oposição a ceder a cadeira para Hugo Motta dar início à sessão. Os trabalhos da Câmara ficaram obstruídos por mais de 30 horas. Na época, Pollon se defendeu nas redes sociais dizendo que é autista e que, por isso, não estava entendendo o que acontecia no momento em que o presidente da Casa tentou retomar a cadeira para comandar a sessão.

Segundo o processo instaurado na Câmara contra Pollon, "o ato, com uso da força física, representou interferência direta na autoridade da Presidência da Casa e no funcionamento legítimo dos trabalhos parlamentares", diz o documento.

O segundo caso, ocorreu no dia 3 de agosto, durante um discurso inflamado durante em defesa do ex-presidente no Mato Grosso do Sul, Estado do parlamentar. Na ocasião, Pollon proferiu as ofensas contra Hugo Motta.

Nesse pronunciamento, Pollon manifestou não temer que pudesse estar encerrando a própria carreira política. "Eu não vou recuar, e o cargo que se lasque. Vim aqui para denunciar aqueles que entregaram o PL para a porcaria do PSDB. Canalhas", disse.

DOSIMETRIA

Queda de veto de PL beneficia presos por tráfico e feminicídio

MARIA MAGNABOSCO/AE

Caso o Congresso Nacional derrube o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto) ao projeto conhecido como "PL da Dosimetria", presos condenados por crimes hediondos, como tráfico de drogas, estupro e feminicídio, poderão ficar menos tempo na cadeia. Um parecer da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados indica que a medida reduziria o tempo mínimo exigido para a progressão do regime fechado. A votação do veto está marcada para o dia 30 deste mês.

O estudo foi elaborado pelo consultor Lucas de Oliveira Jaques e compara as regras de progressão de pena após a aprovação da "Lei Antifacção", ou Marco Legal do Combate ao Crime Organizado, (Lei 15.358/2026) com o cenário em caso de derrubada do veto ao PL da Dosimetria.

O parecer conclui que a derrubada do veto manteria as regras atuais para crimes menos graves, mas tornaria mais rápida a progressão de regime para condenados por tráfico, estupro, homicídio qualificado e feminicídio, além de líderes de organizações criminosas e milícias. Na prática, a queda do veto reverteria o endurecimento das penas promovido pela "Lei Antifacção".

"Ressalta-se que a Lei 15.358/2026 entrou em vigor dia



RICADO STUCKERT/PR

25 de março de 2026, e foi aprovada com grande apelo popular ao recrudescer o tratamento penal aos criminosos", diz o autor do estudo.

Segundo o comparativo, em crimes hediondos, o tempo mínimo de cumprimento da pena em regime fechado para progressão cairia de 70% para 40% no caso de réus primários. Nos crimes hediondos com resultado de morte, o percentual seria reduzido de 75% para 50%.

FORAGIDO

Golpista Alexandre Ramagem é capturado pelo ICE nos EUA

O ex-deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem foi detido nos Estados Unidos ontem pelo Serviço de Imigração e Controle de Aduanas dos EUA (ICE), de acordo com informações recebidas pela Polícia Federal brasileira.

Delegado da Polícia Federal e político brasileiro, o parlamentar fugiu do Brasil apesar de estar condenado a 16 anos e 1 mês de reclusão por participação na trama golpista e proibido de sair do País.

No final de janeiro, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública informou ao STF que o pedido de extradição do ex-deputado federal tinha sido entregue ao governo dos Estados Unidos em 30 de dezembro de 2025.

O político teve o mandato cassado em 18 de dezembro do ano passado, no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados também declarou a perda do mandato de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

À época, pelas redes sociais, Ramagem afirmou que a deci-

são foi resultado de uma "canetada" e acusou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), de atuar como "subordinado de um ministro ditador", em referência a Alexandre de Moraes.

Ex-diretor da Abin e aliado de Bolsonaro Alexandre Ramagem Rodrigues é ex-delegado da Polícia Federal e aliado histórico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A relação se consolidou na campanha de 2018, quando Ramagem foi designado para chefiar a segurança pessoal de Bolsonaro após o ex-presidente ser esfaqueado em Juiz de Fora (MG).

No início de 2019, já no governo Bolsonaro, Ramagem foi nomeado superintendente da PF no Ceará, mas deixou o cargo para ingressar na política. Passou um período como assessor no Palácio do Planalto e, em junho daquele ano, foi escolhido para chefiar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Na posse, Bolsonaro destacou a proximidade dos dois, dizendo que "grande parte do destino da nação" passaria pelas mãos de Ramagem. Ele foi eleito deputado federal em 2022 com

59.170 votos.

Em outubro de 2023, Ramagem foi alvo de operação da PF no gabinete e no apartamento funcional. A corporação investigou o uso ilegal da Abin para monitorar ministros do STF, políticos, jornalistas e advogados, por meio da ferramenta FirstMile. Segundo a PF, a Abin teria realizado 33 mil rastreamentos ilegais, incluindo o monitoramento de Alexandre de Moraes.

A operação "Vigilância Aproximada", desdobramento da "Primeira Milha", cumpriu 21 mandados de busca e levou à prisão de dois servidores da Abin. Nas redes, Ramagem atribuiu a investigação a uma suposta "austeridade" implementada na gestão Bolsonaro.

CONDENAÇÃO

Ramagem foi condenado pelo STF por organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado, recebendo pena de 16 anos, 1 mês e 15 dias em regime fechado, além de perder o mandato.

O Supremo suspendeu a análise de crimes relacionados ao 8

de janeiro, como dano qualificado ao patrimônio da União, porque teriam ocorrido após sua diplomação como deputado.

BOLSONARISMO

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, Ramagem fugiu para os Estados Unidos durante o julgamento da ação penal da trama golpista no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele perdeu o mandato de deputado no fim do ano passado e foi condenado a 16 anos de prisão pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado de Direito e golpe de Estado.

Após a condenação, o ministro do STF Alexandre de Moraes havia solicitado a extradição de Ramagem para o cumprimento da pena no Brasil.

Ramagem deixou o Brasil por Roraima e entrou na Guiana de carro, de onde embarcou num avião para os Estados Unidos.

O governo dos EUA vinha resistindo a cumprir outras ordens de Moraes para extraditar aliados do ex-presidente que fugiram aos EUA, como o blogueiro Allan dos Santos, foragido desde 2021.

NOVA PRESIDENTA

Servidora Ana Cristina Viana assume comando do INSS

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Ministério da Previdência Social anunciou, ontem, a troca no comando do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A servidora Ana Cristina Viana Silveira assume a instituição no lugar de Gilberto Waller, que presidiu o INSS nos últimos 11 meses.

"Servidora de carreira, ela assume a presidência do órgão com a missão estratégica de acelerar a análise de benefícios e simplificar os processos internos do Instituto", informa o ministério em nota.

Graduada em direito, Ana Cristina ingressou no INSS em 2003 como Analista do Seguro Social. Atualmente, ocupava o cargo de secretária executiva adjunta do Ministério da Previdência Social.

A trajetória inclui, ainda, a presidência do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), de abril de 2023 até fevereiro de 2026. Segundo a pasta, durante a gestão de Ana Cristina, o setor dobrou a capacidade de análise de recursos.

"A escolha de uma servidora com visão sistêmica – que compreende o fluxo previdenciário desde o atendimento

nas agências até a fase recursal – marca um novo momento para o Instituto, focado na redução do tempo de espera e qualidade do atendimento aos segurados", destacou o ministério.

No comunicado, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, agradece a contribuição de Waller no período que esteve à frente do INSS e dá as boas-vindas à servidora Ana Cristina. Ele destaca a escolha de uma mulher para a alta cúpula do órgão, que já tem quatro diretoras.

"Ela tem o perfil ideal para iniciar esse novo momento e cumprir a determinação do presidente Lula, que é solucionar a fila e não deixar nenhum brasileiro para trás. Sua nomeação também entrega o comando do Instituto nas mãos de seus próprios servidores."

O procurador federal Gilberto Waller assumiu o INSS no lugar de Alessandro Stefanutto, demitido do cargo após a Operação Sem Desconto da Polícia Federal revelar a existência de um esquema de fraudes no órgão entre 2019 e 2024, que descontou indevidamente contribuições de aposentados e pensionistas a entidades e organizações sociais.

ESPECIAL

Mulheres já são maioria na liderança de RH no Brasil e ampliam presença em cargos estratégicos



PEXELS

segundo diferentes levantamentos sobre governança corporativa.

Para Mônica Hauck, CEO da Sólides Tecnologia, o crescimento da presença feminina no RH está ligado à transformação do papel da área dentro das empresas. "O RH deixou de ser operacional e passou a ocupar um espaço estratégico nas decisões das empresas", afirmou. Segundo ela, a maior participação de mulheres contribui para ampliar discussões sobre cultura organizacional e gestão de pessoas.

Liderança feminina no RH cresce e influencia políticas de diversidade nas empresas

O avanço também é influenciado por redes de apoio entre mulheres. Pesquisa da consultoria Nexus em parceria com a Todas Group mostra que 41% das líderes afirmam ter sido impulsionadas por outras mulheres ao longo da carreira. Para Simone Murata, CEO da Todas Group, o apoio coletivo tem papel na progressão profissional. "Você precisa de uma rede para crescer", disse.

Apesar do crescimento no RH, especialistas avaliam que ainda há barreiras para a ascensão feminina em outras áreas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que mulheres recebem salários menores do que homens e enfrentam desafios adicionais relacionados à divisão de tarefas domésticas.

Nesse contexto, o setor de recursos humanos tem sido apontado como um dos vetores de mudança dentro das empresas, ao incorporar pautas como diversidade e inclusão. A presença feminina em posições de liderança na área tende a influenciar decisões sobre contratação, promoção e ambiente de trabalho.

O movimento, no entanto, ainda convive com diferenças entre setores. Enquanto o RH registra maior presença feminina em cargos de chefia, outras áreas estratégicas seguem com menor participação de mulheres, o que indica que a ampliação da presença feminina na liderança empresarial ainda depende de mudanças no mercado de trabalho e na estrutura das organizações.

POR REDAÇÃO

As mulheres já ocupam a maioria dos cargos de chefia na área de recursos humanos no Brasil, movimento que reforça a presença feminina em funções estratégicas dentro das empresas, embora o avanço ainda não se repita com a mesma intensidade nos níveis mais altos da liderança corporativa.

Levantamento da Sólides Tecnologia indica que mulheres representam cerca de 60% das posições de liderança em RH no país. O dado evidencia uma mudança no perfil da área, historicamente ocupada por mulheres, mas que agora consolida essa presença também nos cargos de decisão, e influencia o desenho de políticas internas nas organizações.

Esse cenário se conecta à própria composição do setor. Estudos apontam que três em cada quatro profissionais de recursos humanos no Brasil são mulheres, o que ajuda a explicar a maior presença feminina na liderança da área. Ainda assim, especialistas destacam que o avanço não elimina desigualdades estruturais no mercado de trabalho.

Dados de pesquisas com empresas brasileiras mostram que as mulheres ocupam cerca de 38% dos cargos de liderança no país, percentual que diminui conforme se avança para posições de maior poder decisório. Em cargos executivos de topo, a participação feminina permanece limitada,

PLENÁRIO FÍSICO

STF analisa regra que proíbe terapias como 'cura gay' na Psicologia

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



RAISA TOLEDO/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministro Edson Fachin (foto) pediu destaque e retirou do plenário virtual a análise sobre a constitucionalidade de resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) relacionada à laicidade no exercício profissional da categoria.

A norma em discussão (Resolução nº 7/2023) veda o uso de fundamentos religiosos em atendimentos, a exemplo do que ocorre nas terapias de conversão sexual conhecidas como "cura gay".

A data do julgamento presencial ainda não foi definida.

A Suprema Corte vai analisar duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs). Na primeira, o Partido Novo e o Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR) questionam a resolução sob o argumento de que ela restringe a liberdade religiosa e de expressão dos profissionais.

Na segunda, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) defende a validade da norma e pede que o Supremo reconheça sua constitucionalidade, ressaltando que a regra evita que crenças pessoais interfiram no atendimento psicológico.

Antes da suspensão do julgamento no ambiente virtual, o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, votou para não seguir com a análise da ação proposta pelo PDT. Ele entende que não cabe ao STF "explicitar o sentido unívoco da resolução". Moraes também votou por rejeitar o pedido do Partido Novo e reconhecer a constitucionalidade da resolução do CFP.

A norma estabelece restrições como a proibição de indução de crenças religiosas durante atendimentos, o uso da religião como estratégia de divulgação profissional e a vinculação entre métodos da psicologia e doutrinas religiosas.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

**ALTO DA BOA VISTA**

Parque Nacional da Tijuca é o mais frequentado do país

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Parque Nacional da Tijuca, localizado em área urbana da cidade do Rio de Janeiro, no Alto da Boa Vista, consolidou-se em 2025, pelo 18º ano consecutivo, como o parque nacional mais frequentado do país, com o recorde histórico de 4.907.563 visitantes.

Considerado um dos maiores parques urbanos do mundo, o parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), que já investiu R\$ 75 milhões em obras de modernização da área.

Somente no Alto Corcovado, onde está instalada a estátua do Cristo Redentor, o fluxo saltou de 2,3 milhões em 2024 para mais de 2,8 milhões no ano passado.

O parque pode ser acessado pelo Alto da Boa Vista, pelo bairro da Tijuca, ou pela Barra da Tijuca, entrando pela Estrada de Furnas ou então pelo Horto, onde existe um acesso alternativo, pela Rua Pacheco Leão, na zona sul da cidade.

Este ano, serão inaugurados no Alto Corcovado três novos elevadores importados, além de um novo mirante com vista panorâmica para a cidade do Rio de Janeiro.

Também estão previstas obras de recuperação e manutenção dos contrafortes, as grandes colunas que seguram a rocha onde está apoiado o platô de visitação do Alto Corcovado, e contenção de encostas à beira da histórica linha férrea e das estradas de acesso

ao Corcovado.

O restaurante histórico A Floresta está em recuperação e serão reformados os alojamentos que recebem pesquisadores de vários pontos do país e o fortalecimento da brigada de incêndio do parque.

Os pontos mais famosos do Parque Nacional da Tijuca são a Floresta da Tijuca, o Cristo Redentor, o Mirante Dona Marta e a Vista Chinesa.

A floresta é fundamental para o ecossistema urbano do Rio de Janeiro, sendo uma das maiores florestas urbanas replantadas do mundo.

Ela regula a temperatura local, reduzindo-a em até 4°C a 6°C, protege encostas contra deslizamentos, mantém a qualidade do ar, preserva a biodiversidade da Mata Atlântica e protege recursos hídricos.

De acordo com a chefe do Parque Nacional da Tijuca, Viviane Lasmar Pacheco, a gestão pelo ICMbio prioriza o interesse público para que patrimônios como o Alto Corcovado e a Floresta da Tijuca, continuem pertencendo a todos os brasileiros.

"No Corcovado, as obras em andamento asseguram uma modernização tecnicamente rigorosa e mais inclusiva. É importante lembrar que a União protege esta área há mais de 160 anos. Por isso, estamos trabalhando muito para unir a conservação da Mata Atlântica em todas as áreas do parque com uma infraestrutura de visitação que eleve a qualidade da experiência do visitante", disse.

REAÇÃO

Papa responde a Trump, e diz que não tem medo dele

Durante o voo de ida para Argel, primeira etapa da viagem à África, o Papa Leão XIV disse que não tem medo do presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump. "Continuarei falando com voz forte sobre a mensagem do Evangelho, pela qual a Igreja trabalha. Não somos políticos, não olhamos para a política externa com a mesma perspectiva. Mas acreditamos na mensagem do Evangelho como construtores de paz".

Leão XIV respondeu às críticas de Trump, feitas na rede Truth Social, de que o Papa é fraco em política externa e deve

deixar de agradar a esquerda radical.

"Não quero um Papa que ache que está bem o Irã ter arma nuclear. Não quero um Papa que considere terrível que os Estados Unidos tenham atacado a Venezuela. E não quero um Papa que critique o presidente dos Estados Unidos quando estou fazendo exatamente aquilo para que fui eleito", declarou. Trump sugeriu que Leão XIV foi eleito porque era estadunidense, pensaram que seria a melhor forma de lidar com o republicano, e pediu que ele seja grato.

Leão XIV diz que não vê seu papel como o de um político e

que não quer entrar em debate com o presidente dos EUA. "A minha mensagem é o Evangelho e continuo a falar com força contra a guerra".

Durante a viagem, o papa cumprimentou os cerca de 70 jornalistas que o acompanham: "É uma viagem especial, a primeira que eu queria fazer. Uma oportunidade muito importante para promover a reconciliação e o respeito pelos povos". Ele visitará até a próxima quinta-feira (23) a Argélia, Camarões, Angola e Guiné Equatorial.

FALAR COM FORÇA

Segundo Leão XIV, a mensa-

gem do Evangelho não deve ser deturpada como alguns estão fazendo. "Eu continuo a falar com força contra a guerra, buscando promover a paz, promovendo o diálogo e o multilateralismo com os Estados para encontrar soluções aos problemas. Muitas pessoas estão sofrendo hoje, muitos inocentes foram mortos e acredito que alguém deve se levantar e dizer que há um caminho melhor".

Ele diz que sua mensagem é para todos os líderes do mundo, não apenas para Trump: "Tentemos acabar com as guerras e promover a paz e a reconciliação".

CNBB manifesta apoio ao Papa Leão XIV após críticas de Donald Trump

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou ontem uma nota oficial em apoio ao Papa Leão XIV, após ele receber críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

O documento surge como uma resposta institucional de respaldo à postura do Sumo Pontífice ao agravamento dos conflitos armados no Oriente Médio. No sábado passado, em uma vigília especial de oração na Basílica de São Pedro, o Papa apelou aos governantes do mundo para conterem toda a

"demonstração de força" e "sentarem-se à mesa do diálogo e da mediação".

A CNBB apontou em nota que a autoridade do Papa Leão XIV é guiada pela "fidelidade ao Evangelho". A conferência brasileira ainda sustenta que o Leão XIV atua continuamente para defender a dignidade humana e a promoção do diálogo para a resolução de conflitos.

"A autoridade espiritual e moral do Papa não se orienta pela lógica do confronto político, mas pela fidelidade ao Evangelho, que continuamente eleva a voz em defesa da paz, da dignidade humana e do diálogo entre

os povos", diz o texto.

A nota é assinada pela cúpula da entidade: o presidente da CNBB, Cardeal Jaime Spengler; o 1º e o 2º vice-presidentes da CNBB, respectivamente, Dom João Justino de Medeiros e Dom Paulo Jackson; e ainda o secretário-geral da CNBB, Dom Ricardo Hoepers.

ENTENDA

Na noite de domingo passado, em declaração à imprensa, Trump classificou o Papa Leão XIV como "fraco no combate ao crime e péssimo em política externa" além de ser "uma pessoa muito liberal". Leão XIV é o pri-

meiro Papa norte-americano e assumiu a liderança da Igreja Católica em maio de 2025.

O presidente dos Estados Unidos afirmou não gostar do posicionamento do Papa em relação a armas nucleares.

"Não queremos um Papa que diga que o crime é aceitável em nossas cidades. Eu não gosto disso. Não sou um grande fã do Papa Leão."

O presidente dos Estados Unidos, também publicou uma montagem gerada por inteligência artificial que retratava a si mesmo como divino curando um homem enfermo. O post foi feito no domingo e apagado ontem.

HEMORIO

Hospitais municipais promovem doação de sangue na Barra e Irajá

Os hospitais municipais Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca, e Francisco da Silva Telles, em Irajá, vão realizar campanha de doação de sangue nesta semana em seus respectivos auditórios. Hoje, das 10h às 15h, voluntários poderão comparecer no Hospital Lourenço Jorge. Já no dia 15 de abril, a programação será no Hospital Francisco da Silva Telles, das 8h às 15h. As ações são fruto da parceria da unidade com o Hemório, responsável por fornecer hemoderivados para mais de 200 hospitais da rede pública do Rio de Janeiro, principalmente para emergências, e tem por objetivo reforçar os estoques de sangue.

Depois da coleta, os componentes sanguíneos são separados e até quatro pessoas podem ser beneficiadas com o ato voluntário. Em 24 horas após a doação, o organismo do doador começa a recompor algumas substâncias que foram retiradas, de forma que a coleta seguinte pode ser feita após oito semanas para homens e 12 para mulheres, pois o san-

gue já estará com os componentes reconstituídos.

Doar sangue é um ato seguro e que salva vidas. Para ser um doador de sangue é necessário apresentar documento oficial de identidade com foto; ter entre 16 e 69 anos (menores de 18 devem estar com autorização do responsável); estar bem de saúde; e pesar mais de 50 quilos. Não precisa estar de jejum. Mas é recomendado que a pessoa não tenha ingerido comida gordurosa nas últimas quatro horas. Outro fator importante é estar descansado.

Pessoas que fizeram tatuagem ou colocaram piercings devem aguardar seis meses para fazer a doação. E quem tem piercings em regiões de mucosa, a doação só pode ser feita um ano após a retirada do acessório. Quem teve covid-19 recentemente precisa aguardar 10 dias após a recuperação. Após 30 dias da doação, o voluntário pode pegar o resultado dos exames laboratoriais feitos com uma pequena amostra sanguínea retirada no ato da coleta.

GUERRA NO ORIENTE

Em reação a Trump, Irã ameaça portos do Pérsico e Mar de Omã

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

As Forças Armadas da República Islâmica do Irã ameaçaram realizar retaliações contra portos no Golfo Pérsico e no Mar do Omã caso a segurança dos portos iranianos seja colocada em risco.

"Se a segurança dos portos da República Islâmica do Irã nas águas do Golfo Pérsico e do Mar de Omã estiver ameaçada, nenhum porto no Golfo Pérsico e no Mar de Omã estará seguro", diz comunicado do Quartel-General Central do Khatam al-Anbiya, divulgado ontem pela mídia estatal do país.

O exército iraniano completou que "a segurança dos portos no Golfo Pérsico e no Mar de Omã é

para todos ou para ninguém" e classificou o bloqueio naval anunciado pelos EUA de "ato ilegal e um sinal de pirataria".

Após o fracasso das negociações para um acordo de paz em Islamabad, capital do Paquistão, nesse final de semana, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que bloquearia a passagem de navios na saída do Estreito de Ormuz.

"O bloqueio será aplicado parcialmente contra embarcações de todas as nações que entram ou saem de portos e áreas costeiras iranianas, incluindo todos os portos iranianos no Golfo Pérsico e no Golfo de Omã", informou, em comunicado, o Comando Central dos EUA.

Ainda segundo os militares norte-americanos, os EUA permitirão a passagem "para embarcações que transitam pelo Estreito de Ormuz de e para portos não iranianos".

O preço do barril de petróleo tipo Brent voltou a subir ontem com o anúncio de bloqueio naval dos EUA, passando dos US\$ 100 novamente, alta de cerca de 6,5%.

Antes da guerra, passavam pelo Estreito cerca de 20 milhões de barris de petróleo por dia. Estima-se que cerca de 20% do petróleo e gás do planeta passe por Ormuz.

INIMIGOS DO IRÃ

No mesmo comunicado, o Irã destacou que as embarcações li-

gadas ao inimigo não têm e não terão o direito de transitar pelo Estreito de Ormuz, reafirmando a decisão de que o Irã implementará um mecanismo permanente para controlar o Estreito.

"Outras embarcações poderão transitar pelo estreito em conformidade com os regulamentos das Forças Armadas da República Islâmica do Irã", diz o texto.

Também em um comunicado, a Marinha da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã reforçou que segue vigiando o Estreito.

"Todos os trânsitos e não trânsitos sob controle total das forças armadas. Qualquer movimento equivocado prenderá o inimigo nos vórtices mortais do Estreito", disse.

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, rejeitou participar do bloqueio naval anunciado pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, no Estreito de Ormuz, após a Casa Branca dizer que "outros países" participariam da missão.

"Minha decisão foi muito clara: qualquer que seja a pressão, e tem havido uma pressão considerável, não vamos ser arrastados para a guerra", afirmou Starmer à BBC, ontem.

A mídia britânica informou que os navios caça-minas e a capacidade antidrone do Reino Unido continuariam operando

no Oriente Médio, mas que navios e soldados da Marinha britânica não seriam usados para bloquear portos iranianos.

O Reino Unido e a França planejam realizar "nos próximos dias" uma conferência para discutir a restauração da liberdade de navegação no Estreito de Ormuz "assim que as circunstâncias permitirem", segundo o presidente francês Emmanuel Macron.

"Organizaremos uma conferência com aqueles países dispostos a contribuir ao nosso lado para uma missão multilateral pacífica destinada a restaurar a liberdade de navegação no estreito. Essa missão estritamente defensiva, separada

das partes beligerantes do conflito", disse Macron em uma rede social.

Outro país que vem sendo pressionado por Donald Trump para contribuir com o esforço para reabrir o estreito é o Japão, grande importador de petróleo dos países do Golfo Pérsico.

Em coletiva de imprensa realizada hoje, o chefe de gabinete do governo japonês Minoru Kihara disse que o Japão acompanha "de perto" a situação e defendeu um acordo por meio da diplomacia.

"O mais importante é conseguir uma desescalada da situação, incluindo garantir a segurança da navegação no Estreito de Ormuz, e chegar a um acor-

do final por meio da diplomacia o mais rápido possível", afirmou, segundo o jornal Japan Times.

A negativa de aliados de participarem dos esforços dos EUA para reabrir o Estreito de Ormuz tem gerado reação do presidente Trump, que chegou a chamar os países de "covardes" e ameaçar abandonar a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

CHINA

Por sua vez, a China afirmou que, para resolver a questão da navegação no Estreito de Ormuz, é necessário, em primeiro lugar, resolver o conflito bélico no Oriente Médio.

Nota**RIO TEM MAIS DE 2,5 MIL POSTOS DE EMPREGOS ABERTOS NESTA SEMANA**

Nesta semana, a cidade do Rio possui 2.542 vagas de trabalho, conforme informa a Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTE). No banco de vagas há 2.522 oportunidades para o público em geral e 20 para pessoas com deficiência. Há, ainda, 2.078 vagas destinadas a quem não possui nenhuma experiência. Para o público em geral, destacam-se 15 vagas para a função de borracheiro, 13 postos para auxiliar de limpeza e dez para auxiliar de abastecimento, entre outras opções de trabalho. Também há ótimas oportunidades para quem está em busca do primeiro emprego, como as 15 vagas para repositor com CNH, dez para operador de percíveis e outros dez postos vagos para auxiliar de depósito. Já para o público PCD há 20 oportunidades para a função de atendente de restaurante.